

O ESTADO DA ARTE SOBRE EDUCAÇÃO DE FAMILIAS DE PRIVADOS DE LIBERDADE

THE STATE OF THE ART ON EDUCATION OF FAMILIES OF PEOPLE DEPRIVED OF FREEDOM

EL ESTADO DEL ARTE EN MATERIA DE EDUCACIÓN DE FAMILIAS DE PERSONAS PRIVADAS DE LIBERTAD

 <https://doi.org/10.56238/arev7n7-238>

Data de submissão: 18/06/2025

Data de publicação: 18/07/2025

Maria do Socorro da Costa Coelho
Instituição: Universidade Federal do Pará (UFPA)
E-mail: socorrocoelho@gmail.com

Thamara Regina Moraes da Silva
Instituição: Universidade Federal do Pará (UFPA)
E-mail: thamarareginam.dasilva@gmail.com

Orlando Nobre Bezerra de Souza
Instituição: Universidade Federal do Pará (UFPA)
E-mail: orlandonbsouza@gmail.com

Jadson Fernando Garcia Gonçalves
Instituição: Universidade Federal do Pará (UFPA)
E-mail: jadsonfggoncalves@gmail.com

Mara Rita Duarte de Oliveira Berraoui
Instituição: Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab)
E-mail: mararita@unilab.edu.br

RESUMO

Este artigo tem como objetivo principal mapear a produção acadêmica que discute a educação de familiares de pessoas privadas de liberdade, utilizando a metodologia do Estado da Arte sob uma perspectiva teórica. A pesquisa abrange o período de 2016 a 2024, analisando teses, dissertações e artigos publicados em português e espanhol na América do Sul, em bases como CAPES, BDTD, Scielo, Periódicos da CAPES e Google Acadêmico. Foram identificadas 16 obras relevantes, com ênfase em estudos sobre crianças de 0 a 3 anos filhas de mulheres presas, que enfrentam condições precárias em creches prisionais, ausência de vínculo materno e estigma social, impactando seu desenvolvimento educacional e socioemocional. As análises revelam violações de direitos, como a falta de infraestrutura adequada nas prisões e a separação precoce entre mães e filhos. Trabalhos de Jesus (2022), Lira (2023) e Vilar (2022) destacam problemas como baixo rendimento escolar, dificuldades de socialização e negligência. Contudo, há ausência de mais estudos neste campo temático, especialmente, em relação a outras etapas da educação básica, como o ensino médio, e à gestão escolar, além de uma concentração de estudos nas regiões Sul e Sudeste do Brasil. Conclui-se que a educação de familiares de pessoas privadas de liberdade, ainda, é um tema pouco explorado,

demandando mais pesquisas, sobretudo na região Norte, como no contexto paraense, para enfrentar os desafios educacionais e promover inclusão e equidade social.

Palavras-chave: Privados de Liberdade. Família. Direitos. Produção Acadêmica.

ABSTRACT

This article aims to map the academic literature discussing the education of family members of people deprived of liberty, using the State of the Art methodology from a theoretical perspective. The research covers the period from 2016 to 2024, analyzing theses, dissertations, and articles published in Portuguese and Spanish in South America, in databases such as CAPES, BDTD, Scielo, CAPES Journals, and Google Scholar. Sixteen relevant works were identified, with an emphasis on studies of children aged 0 to 3 years old, children of incarcerated women, who face precarious conditions in prison daycare centers, lack of maternal bonds, and social stigma, impacting their educational and socio-emotional development. The analyses reveal rights violations, such as the lack of adequate infrastructure in prisons and early separation of mothers and children. Work by Jesus (2022), Lira (2023), and Vilar (2022) highlight problems such as low academic performance, socialization difficulties, and neglect. However, there is a lack of further studies in this thematic field, especially regarding other stages of basic education, such as high school, and school management, in addition to a concentration of studies in the South and Southeast regions of Brazil. It is concluded that the education of family members of people deprived of liberty remains an underexplored topic, requiring further research, especially in the North region, as in the context of Pará, to address educational challenges and promote inclusion and social equity.

Keywords: Deprived of Liberty. Family. Rights. Academic Production.

RESUMEN

Este artículo busca mapear la literatura académica que aborda la educación de familiares de personas privadas de libertad, utilizando la metodología del Estado del Arte desde una perspectiva teórica. La investigación abarca el período de 2016 a 2024, analizando tesis, dissertaciones y artículos publicados en portugués y español en Sudamérica, en bases de datos como CAPES, BDTD, Scielo, Revistas CAPES y Google Académico. Se identificaron dieciséis trabajos relevantes, con énfasis en estudios sobre niños de 0 a 3 años, hijos de mujeres encarceladas, que enfrentan condiciones precarias en guarderías penitenciarias, falta de obligaciones maternas y estigma social, lo cual impacta su desarrollo educativo y socioemocional. Los análisis revelan vulneraciones de derechos, como la falta de infraestructura adecuada en las prisiones y la separación temprana de madres e hijos. Los trabajos de Jesus (2022), Lira (2023) y Vilar (2022) destacan problemas como el bajo rendimiento académico, las dificultades de socialización y la negligencia. Sin embargo, faltan estudios adicionales en este campo temático, especialmente en otras etapas de la educación básica, como la secundaria, y la gestión escolar, además de una concentración de estudios en las regiones sur y sureste de Brasil. Se concluye que la educación de los familiares de personas privadas de libertad sigue siendo un tema poco explorado, que requiere mayor investigación, especialmente en la región norte, así como en el contexto de Pará, para abordar los desafíos educativos y promover la inclusión y la equidad social.

Palabras clave: Privado de Libertad. Familia. Derechos. Producción Académica.

1 INTRODUÇÃO

A Pandemia de COVID 19 assinala o início do trabalho de extensão universitária com Famílias de Privados de Liberdade residentes em quatro bairros periféricos localizados na capital paraense, a referida experiência nos motivou a conhecer o processo educativo dos referidos familiares ou parentes de pessoas encarceradas. Observou-se que um desafio se impunha logo no nascêndouro da intenção de investigar o tema, a escassez bibliográfica. A necessidade urgente de se realizar um inventário sobre a produção literária referente ao assunto era obrigatória, a mesma daria condições de acesso a estudos realizados, conhecimentos produzidos, por intermédio de uma investigação tipo Estado da Arte, o que será demonstrado como objetivo do presente texto.

O surgimento das pesquisas do tipo Estado da Arte na educação ocorre em decorrência do aumento de “[...] programas, cursos, seminários, encontros, na área de educação em seus diferentes aportes [...]” bem como na disseminação de “[...] dissertações, teses, artigos, enfim, inúmeros estudos e publicações sobre os aspectos que envolvem” (Romanowski; Ens, 2006, p. 38).

A respeito da definição dessas pesquisas, de acordo com Ferreira (2002, p. 258) as pesquisas do tipo Estado da Arte são:

Definidas como de caráter bibliográfico, elas parecem trazer em comum o desafio de mapear e de discutir uma certa produção acadêmica em diferentes campos do conhecimento, tentando responder que aspectos e dimensões vêm sendo destacados e privilegiados em diferentes épocas e lugares, de que formas e em que condições têm sido produzidas certas dissertações de mestrado, teses de doutorado, publicações em periódicos e comunicações em anais de congressos e de seminários. Também são reconhecidas por realizarem uma metodologia de caráter inventariante e descritivo da produção acadêmica e científica sobre o tema que busca investigar, à luz de categorias e facetas que se caracterizam enquanto tais em cada trabalho e no conjunto deles, sob os quais o fenômeno passa a ser analisado.

2 O ESTADO DA ARTE COMO ESTRATÉGIA METODOLÓGICA SOBRE A EDUCAÇÃO DE FAMILIAS DE PRIVADOS (AS) DE LIBERDADE

A importância da utilização do Estado da Arte como passo metodológico em uma investigação, significa apontar caminhos que podem demonstrar um campo teórico consolidado em uma área de conhecimento, assim como, desnudar fragilidades teóricas sobre o tema, alertando pesquisadores (as) para a necessidade de investigações que apresentem solução aos problemas que afligem a humanidade.

Neste sentido, o Estado da Arte como estratégia metodológica possibilitará suporte teórico que venha embasar futuras pesquisas demonstrando a relevância e viabilidade do estudo. O levantamento e mapeamento da literatura produzida comprovará as análises realizadas e que abordagens estão sendo utilizadas na temática investigada demonstrando o rigor metodológico e passos necessários para construção do Estado da Arte de determinado tema.

Segundo Medeiros, Fortunato e Araujo (2023), o Estado da Arte pode ser feito levando em consideração os seguintes passos:

- a) Definição do tema, do objetivo da pesquisa, das categorias a serem pesquisadas, dos descritores para as buscas das bases de dados e fontes de consulta;
- b) Produção e organização dos dados;
- c) Redação da pesquisa.

Os autores citados entendem que

[...] cada passo sinalizado pode ser revisado, complementado ou mesmo não concretizado, a depender da especificidade do tema estudado” (Medeiros; Fortunato, Araujo, 2023, p. 18). E concluem que “esse tipo de pesquisa exige que o pesquisador em Educação se implique no seu processo de produção, que segue desde a definição do tema a ser inventariado à socialização do estudo por meio da redação do texto. (Medeiros; Fortunato, Araujo, 2023, p. 23)

Para construir o inventário sobre um assunto, além dos passos acima mencionados é importante ter clareza que a caminhada exige a consulta em reconhecidos repositórios que tenham além de dissertações e teses, oportunizem a busca por artigos em periódicos e anais de congresso contendo resultados de pesquisas. É com esse cuidado que pretende-se neste texto realizar um levantamento acerca das produções sobre os desafios que estudantes familiares de privados de liberdade enfrentam em sua jornada escolar. Portanto, o levantamento bibliográfico teve a seguinte sequência:

- a) Escolha do recorte temporal;
- b) Escolha das bases de dados;
- c) Escolha do tipo de trabalho;
- d) Escolha do idioma;
- e) Escolha da localidade;
- f) Escolha dos descritores;
- g) Busca nos bancos de bases de dados;
- h) Busca nas referências dos trabalhos encontrados;
- i) Leitura do resumo para filtragem e seleção dos textos.

A seguir, será feita uma breve exposição do método que ancora o levantamento bibliográfico, para que possa se explicitar o principal objetivo e debate das obras coletadas.

a) Escolha do recorte temporal:

O período escolhido (2016-2024) deve-se a dois fatores, o primeiro diz respeito a um acontecimento importante, a publicação da série de Tratados Internacionais dos Direitos Humanos,

pelo Conselho Nacional de Justiça, ser o ano de 2016¹. Dos muitos tratados publicados na coletânea, se destacam as regras envolvendo pessoas em situação de restrição e privação de liberdade, sendo elas as “Regras de Mandela: regras mínimas das Nações Unidas para o tratamento de presos” e “Regras de Bangkok: regras das Nações Unidas para o tratamento de mulheres presas e medidas não privativas de liberdade para mulheres infratoras”. Dentre tantas regras, há muitas delas que envolviam familiares dos privados de liberdade, mesmo que não haja destaque na educação desses sujeitos. Sendo assim, tais tratados são de suma importância para trazer protagonismo aqueles que em muito são esquecidos, se alinhando assim com uma das maiores pretensões da pesquisa. O segundo motivo se refere ao fato de 2024 ser o ano de início dessa investigação, com prazo de 02 anos para concluir, o que possibilita o estudo das publicações encontradas.

b) Escolha das bases de dados:

Nesta etapa as bases de dados selecionadas foram:

- 1) Catalogo de Teses & Dissertações – CAPES;
- 2) Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD);
- 3) Scielo;
- 4) Biblioteca Digital USP;
- 5) Periódicos da Capes;
- 6) Educ@;
- 7) Google Acadêmico.

c) Escolha do tipo de trabalho:

Para quem pretende trabalhar com o Estado da arte deve levar em consideração um passo importante, trata-se da escolha do tipo de fontes. Para essa investigação buscou-se coletar teses, dissertações e artigos publicados em periódicos. O passo seguinte foi referente ao idioma em que os trabalhos foram publicados.

d) Escolha do idioma:

No que diz respeito ao idioma referente à língua das obras investigadas, a escolha se concentrou na língua portuguesa e espanhol para em seguida montar a cartografia da localidade de publicação dos trabalhos

¹ Tratados disponíveis em: <https://www.cnj.jus.br/tratados-internacionais-de-direitos-humanos/>

e) Escolha da localidade:

A localidade das publicações das pesquisas se restringiriam a América do Sul, composta pelos seguintes países: Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, Guiana, França (Guiana Francesa), Paraguai, Peru, Suriname, Uruguai e Venezuela.

f) Escolha dos descritores:

Descritores são palavras-chave que identificam o assunto de um documento ou texto em análise, as mesmas facilitam no processo de busca de informações em repositórios, ou plataformas científicas. Os termos abaixo foram selecionados como descritores:

A) Em língua portuguesa:

- 1) educação-de-filhos-de-presos;
- 2) educação-de-parentes-de-presos;
- 3) educação-de-filhos-de-custodiados;
- 4) educação-de-parentes-de-privados-de-liberdade;
- 5) educação-de-parentes-de-custodiados;
- 6) educação-filhos-de-encarcerados;
- 7) educação-de-familiares-de-custodiados;
- 8) educação-de-familiares-de-presos;
- 9) educação-de-familiares-de-privados-de-liberdade.

B) Em espanhol:

- 1) "Educación" de "hijos de presos";
- 2) Educación de los hijos de personas encarceladas;
- 3) Educación de niños de presos;
- 4) Educación de las familias de los presos.

g) Busca nos bancos de bases de dados:

Com os descritores, idiomas e localidades selecionadas buscou-se nas bases de dados as informações necessárias, para facilitar a compreensão, abaixo segue os quadros construídos na composição dessa etapa da pesquisa. Cada quadro diz respeito à busca feita em determinada base de dados. Nos quadros se evidenciam os descritores da pesquisa, o total de obras encontradas e o total de obras selecionadas com base na leitura dos títulos das obras e do recorte temporal. É a partir desse levantamento que se configurou a conclusão de que a temática da educação de parentes ou familiares de privados de liberdade é pouco explorada no universo acadêmico.

Quadro nº 1. Trabalhos encontrados no Catalogo de Teses & Dissertações – CAPES

Descritores	Total de obras encontradas	Total de obras selecionadas com base na leitura dos títulos e do recorte temporal
educação-de-filhos-de-presos	16	2
educação-de-parentes-de-presos	0	0
educação-de-filhos-de-custodiados	0	0
educação-de-parentes-de-privados-de-liberdade	3	0
educação-de-parentes-de-custodiados	0	0
educação-filhos-de-encarcerados	8	2
educação-de-familiares-de-custodiados	0	0
educação-de-familiares-de-presos	17	0
educação-de-familiares-de-privados-de-liberdade	12	0
Total	56	4

Fonte: Quadro elaborado pela equipe em 2024.

Destaca-se que a pesquisa foi feita em 2024 e as obras coletadas referem-se exclusivamente ao ano em que o levantamento foi realizado. Ademais, ressaltam-se algumas peculiaridades referentes à utilização da base do Catálogo de Teses & Dissertações.

Informa-se que primeiro fez-se imprescindível o uso do hífen (-) para a pesquisa, pois, se as palavras-chave fossem inseridas no campo de busca do Catálogo de Teses & Dissertações os resultados de obras encontradas seriam exorbitantes e a maioria não seria correspondente ao que se desejava encontrar.

Segundo, evidencia-se que das 56 obras encontradas com base nos referidos descritores, somente 4 realmente tratava da educação de parentes ou familiares de pessoas em restrição de privação de liberdade.

Quadro nº 2. Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD)

Descritores	Total de obras encontradas	Total de obras selecionadas com base na leitura dos títulos e do recorte temporal
Educação de filhos de presos	63	1
Educação de parentes de presos	8	0
Educação de filhos de custodiados	89	0
Educação de parentes de privados de liberdade	6	0
Educação de parentes de custodiados	4	0
Educação filhos de encarcerados	21	0
Educação de familiares de custodiados	37	0
Educação de familiares de presos	64	0
Educação de familiares de privados de liberdade	98	0
Total	390	1

Fonte: Quadro elaborado pela equipe, em 2024.

A busca realizada no BDTD resultou em um grande montante de obras, 390 no total, sendo o descritor “Educação de familiares de privados de liberdade” com maior número de resultados, 98. Contudo, após a leitura dos títulos e considerando o período do recorte temporal, apenas uma obra correspondia aos critérios de busca estabelecidos.

Quadro nº 3. Trabalhos encontrados no *Scielo*

Descritores	Total de obras encontradas	Total de obras selecionadas com base na leitura dos títulos e do recorte temporal
Educação de filhos de presos	0	0
Educação de parentes de presos	0	0
Educação de filhos de custodiados	0	0
Educação de parentes de privados de liberdade	0	0
Educação de parentes de custodiados	0	0
Educação filhos de encarcerados	0	0
Educação de familiares de custodiados	0	0
Educação de familiares de presos	1	0
Educação de familiares de privados de liberdade	0	0
Total	1	0

Fonte: Quadro elaborado pela equipe, em 2024.

No ano em que a busca ocorreu 2024, apenas uma obra foi encontrada no portal *Scielo*, todavia, a mesma não estava de acordo com os critérios estabelecidos no caminho metodológico utilizado da mesma forma o levantamento realizado na Biblioteca Digital da USP.

Quadro nº 4. Trabalhos encontrados nos Periódicos da Capes

Descritores	Total de obras encontradas	Total de obras selecionadas com base na leitura dos títulos e recorte temporal
Educação de filhos de presos	38	0
Educação de parentes de presos	8	0
Educação de filhos de custodiados	1	0
Educação de parentes de privados de liberdade	2	0
Educação de parentes de custodiados	0	0
Educação filhos de encarcerados	4	0
Educação de familiares de custodiados	1	0
Educação de familiares de presos	12	0
Educação de familiares de privados de liberdade	4	0
Total	70	0

Fonte: Quadro elaborado pela equipe, em 2024.

A busca nos Periódicos da Capes, apesar de a primeira vista aparecerem 70 obras, as mesmas não foram coletadas, visto que os artigos não apresentavam a temática da educação de parentes ou familiares de custodiados do sistema prisional.

Após a busca em língua portuguesa, o *Google Acadêmico* foi a ferramenta escolhida para busca de trabalhos em espanhol, visto que a plataforma em questão possibilita a filtragem por idioma e contempla obras de tese, dissertação e artigos publicados em periódicos. Portanto, realizou-se o levantamento que se expressa no quadro a seguir:

Quadro nº 5. Trabalhos encontrados no Google Acadêmico (espanhol)

Descritores	Total de obras encontradas	Total de obras selecionadas com base na leitura dos títulos e do recorte temporal
"Educación" de "hijos de presos"	68	1
Educación de los hijos de personas encarceladas	94	0
Educación de niños de presos	334	0
“Educación de las familias” de “los presos”	10	0
Total	506	1

Fonte: Quadro elaborado pela autora, em 2024.

A busca com os descritores chegou ao impressionante número de 506 resultados encontrados. Todavia, de maneira semelhante ao ocorrido anteriormente, apenas uma obra se encaixava nos critérios pré-estabelecidos.

h) Busca nas referências dos trabalhos encontrados:

Ao todo, a coleta nas bases de dados apontou o total de apenas dez obras encontradas, sendo essas a maioria dissertações de mestrado. Apenas a obra em espanhol trata-se de artigo científico. Em razão desse fato, foi necessário aprofundar essa busca nas referências dos trabalhos selecionados. A partir desse exame, o quadro abaixo foi construído:

Quadro nº 6. Obras encontradas nas referências dos trabalhos coletados.

Trabalho	Obras encontradas
Direito à educação e atendimento a crianças de 0 a 3 anos, filhas de mulheres presas (Jesus, 2022)	2
Filhos e filhas de pai ou mãe encarcerado: implicações do cárcere no contexto destes sujeitos (Guimarães, 2021)	2
O encarceramento da população feminina e seus reflexos: uma análise dos efeitos do cárcere na educação dos filhos destas mulheres (Lira, 2023)	0
Crianças filhas de pais encarcerados na rede municipal de ensino de Piraquara-PR em 2019 (Vilar, 2022)	6

Desenvolvimento infantil no ambiente prisional: Análise dos Fatores de Risco e das Aquisições Motoras e Comportamentais de Bebês	0
La performance de niños y niñas com familiares encarcelados desde la política pública en Chile	0
Total	10

Fonte: Quadro elaborado pela equipe, em 2024.

i) Leitura do resumo para filtragem e seleção dos textos

A revista do referencial bibliográfico dos textos culminou em 10 obras, somando-se assim, 16 trabalhos reunidos. Todavia, apesar de chamarem atenção pelo título e estarem de acordo com o recorte de tempo pré-estabelecido, não era possível concluir que essa coletânea tinha o mesmo tema deste estudo. Para tanto, foi necessária uma primeira análise desse material. Realizou-se a leitura dos resumos, as palavras-chave e, nos casos das dissertações, o sumário foi acrescentado na leitura. O intuito dessa etapa foi de selecionar em definitivo os textos que seriam lidos para contextualização da temática.

Desse modo, o quadro abaixo se refere justamente ao resultado desse exame e seleção mais específico das obras, contendo o título, o(s) nome(s) do(s) autores, o ano de publicação, o tipo de trabalho, se tese, dissertação ou artigo, o depositório e o objetivo da pesquisa.

Quadro nº 7. Textos Selecionados Como Fontes de Informação

N.	Título	Autor	Ano	Tipo de trabalho (Tese, dissertação ou artigo)	Repositório	Objetivo
01	Direito à educação e atendimento a crianças de 0 a 3 anos, Filhas de mulheres presas	JESUS, Carla Mayara dos Santos de	2022	Dissertação	Catalogo de Teses & Dissertações – CAPES (UNESP)	Mapear o atendimento oferecido a crianças de 0 a 3 anos que vivem em penitenciárias no Brasil.
02	O encarceramento da população feminina e seus reflexos: uma análise dos efeitos do cárcere na educação dos filhos destas mulheres	LIRA, Tatiana Bispo de	2023	Dissertação	Catalogo de Teses & Dissertações – CAPES (UFRJ)	analisar as consequências do encarceramento feminino sob dois prismas principais e inter-relacionados. [...] enfoque no processo educacional dos seus filhos, que diante da ausência materna, se veem prejudicados em diversos aspectos,

						mas em especial nas suas trajetórias escolares
03	Crianças filhas de pais encarcerados na rede municipal de Ensino de Piraquara-PR em 2019	VILAR, Carla Juliane dos Santos	2022	Dissertação	Catalogo de Teses & Dissertações – CAPES (UFPR)	Identificar e caracterizar crianças filhas de pais encarcerados, estudantes na rede municipal de ensino de Piraquara-Pr, no ano de 2019, e seus professores. P
04	As contribuições da pedagogia social na ressignificação do contraturno escolar às crianças filhas de pais e mães encarcerados	VILAR, Carla Juliane dos Santos; ORMEÑO, Gabriela Isabel Reyes	2021	Artigo científico	Revista Educação, cultura e sociedade	a pensar numa proposta de contraturno escolar que possa contribuir com a formação humana das crianças filhas de pais e mães encarcerados (as) no município de Piraquara-Pr
05	A criança e a prisão: o encarceramento materno sob a perspectiva dos direitos do infante	SANTOS, Thays Duarte; SOUSA, Gaspar Alexandre Machado de	2020	Artigo científico	Revista Humanidades e Inovação	Aferir as consequências do encarceramento materno na vida das crianças inseridas no sistema prisional brasileiro e na daquelas que têm uma existência extramuros sem a presença da mãe
06	Os filhos e as filhas da exclusão: uma revisitação de dados e de imagens etnográficas sobre a creche na prisão	ARAUJO, Adriane Matos de; ALMEIDA, Sandra Maciel de; MATTOS, Carmen Lucia Guimarães de	2020	Artigo científico	Revista educação e cultura contemporânea	Analizar as percepções das mulheres presas a respeito do atendimento socioeducacional oferecido aos seus filhos e filhas nos primeiros meses de vida no espaço prisional.
07	La performance de niños y niñas con familiares encarcelados desde la política pública en Chile	INFANTE, Javiera Isabel Roa	2023	Artigo científico	Ts cuadernos de trabajo social	Describir y analizar como Gendarmería de Chile performa al sujeto niño y niña con familiares encarcelados a partir

						de sus protocolos internos ²
--	--	--	--	--	--	---

Fonte: Quadro elaborado pela equipe, em 2024.

3 ANÁLISE DOS TEXTOS

Em sua dissertação de mestrado intitulada “*Direito à educação e atendimento a crianças de 0 a 3 anos, filhas de mulheres presas*”, Jesus (2022) faz uma abordagem singular do tema, justificando a importância de seu trabalho ao buscar descobrir as vivências das crianças, de 0 a 3 anos, que moram nos presídios com suas mães. Inicialmente, a autora faz uma forte denuncia, afirmando que essas crianças são esquecidas pela sociedade e na maioria dos casos, são obrigadas a cumprir a pena junto com suas mães. Ao longo de seu trabalho ela apresenta diversas argumentações para tal tese, aqui se destaca as reflexões relacionadas à educação e formação dessas crianças na educação infantil.

Jesus (2022) defende a importância dos espaços externos e internos que possibilitem interações, experiências e vivências, para o desenvolvimento de crianças bem pequenas. Contudo, ela afirma que, devido às péssimas condições das penitenciarias femininas, as quais não foram pensadas para as mulheres e nem em suas singularidades, esses ambientes são negados a essas crianças. Portanto, há “fragilidade de se garantir o desenvolvimento integral e a humanização das crianças de 0 a 3 anos, direitos disseminados pela legislação e pelas teorias da educação” (Jesus, 2022, p. 51).

Ademais, a autora traz alguns dados de suma relevância. Em sua pesquisa, ela afirma que dos 541 estabelecimentos prisionais do Brasil destinados a mulheres infratoras, somente 48 possuem berçários ou centro materno-infantil. Um dado ainda mais preocupante é o de existirem apenas 10 creches em estabelecimentos penais, sendo que não há creches nas regiões Norte e Nordeste do país.

Dessa maneira, ao afirmar que a educação é um direito de todos e que cabe ao Estado oferecer a educação infantil a crianças de até cinco anos de idade, em creche e pré-escola, a autora sinaliza que esse direito está sendo negado àquelas crianças que estão no cárcere junto de suas mães e que as creches existentes nesses poucos estabelecimentos prisionais consistem em um retrocesso.

Além das péssimas condições estruturais que essas instituições apresentam, a questão do tipo de formação oferecida também é apontada pela autora, uma vez que esses ambientes não são contemplados nas definições das Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) para a Educação Infantil. Nesse sentido, ela expõe:

² Adaptação para a língua portuguesa: descrever e analisar como a *Gendarmería* do Chile atua com o sujeito menino e menina com parentes presos com base em seus protocolos internos

A priori, bebês que frequentam as creches em presídios não são contemplados nas definições das Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) para a Educação Infantil. Se a educação pública deve garantir, sem requisito de seleção, um atendimento de qualidade, as crianças que vivem em presídios recebem as mesmas possibilidades de desenvolvimento oferecidas aos bebês que frequentam as creches que integram os sistemas de ensino do país, em termos de educação, cultura, arte, ciência e tecnologia, promovendo seu desenvolvimento integral desde o seu nascimento? O atendimento a esses bebês não deveria integrar os sistemas de ensino? Se o atendimento não é parte do sistema de ensino, não há como esperar que possua um currículo, um projeto político-pedagógico, já que não são instituições educativas. (Jesus, 2022, p. 78)

Um trabalho em destaque é a dissertação de Lira (2023), intitulada “*O encarceramento da população feminina e seus reflexos: uma análise dos efeitos do cárcere na educação dos filhos destas mulheres*”, complementa a pesquisa de Jesus (2022) ao denunciar as péssimas condições das prisões que atendem mulheres, mulheres mães e, consequentemente, seus filhos, dado que há a presença de 791 crianças nesses ambientes, a maioria tendo mais de três anos. A respeito da maternidade no espaço prisional, a autora faz a seguinte e impactante afirmação:

O exercício da maternidade no cárcere é o início do fim de uma vida. A vida dos filhos dessas mulheres já se inicia cheia de privações, com violências institucionalizadas por todos os Poderes, olhares preconceituosos, marcas estigmatizantes que traumatizam e que se perpetuam não apenas no ambiente escolar, mas em todo o resto de vida. (Lira, 2023, p. 57)

A autora argumenta o efeito da pena da mãe nos seus filhos (as) a partir de uma perspectiva que entende a sociedade como patriarcal, racista e que aprisiona não somente a pessoa que cometeu o delito, mas também sua família (Lira, 2023).

Nessa perspectiva, Lira (2023), por meio de revisão bibliográfica e entrevista semiestruturada, faz algumas considerações imprescindíveis para a temática aqui escolhida. Utilizando a concepção de apego de John Bowlby, ela firma que as experiências de afeto limitadas às crianças podem causar comprometimento na saúde física e mental, no desempenho escolar e problemas sociais e emocionais. Tal fato se aplica às vivências das crianças que possuem uma mãe privada de liberdade, uma vez que seu vínculo de afeto se encontra fragilizado devido à prisão materna e, também, pela criança que se encontra privada de liberdade junto a sua mãe.

Sendo assim, em relação à educação dessas crianças, Lira (2023) ressalta problemas sociais e emocionais enfrentados por elas na escola, bem como menor rendimento escolar, este último sendo referente à visão que a própria escola tem desses estudantes.

A respeito das questões de sociabilidade e emocionais, ela afirma:

Em entrevista feita com profissionais de educação, e que recebem crianças cujas mães estão cumprindo penas nos estabelecimentos prisionais, o relato é de que há muita dificuldade de estas crianças serem inseridas na rotina. O choro, muito comum nas primeiras semanas, se prolonga. Além disso, o medo de ser abandonado no ambiente escolar; a apatia com as atividades educativas que são propostas; o baixo rendimento sócio cognitivo; birras em excesso; intolerância às frustrações; inquietude; tristeza duradoura; recolhimento social; desinteresse por novas amizades são apenas alguns exemplos (Lira, 2023, p. 82-83).

No que concerne ao rendimento escolar, há uma marginalização dessas crianças que as atingem até mesmo na escola, a qual, junto ao racismo dessas instituições, as coloca “em uma situação de menor rendimento escolar e em resultados inferiores se comparados com crianças em condições mais normais” (Lira, 2023, p. 86).

Dessa forma, a autora sugere que, para minimizar os problemas resultantes dessa separação da criança com a mãe e os problemas de aprendizagem, é necessário que a escola seja acolhedora, ética e inclusiva. Além isso, ela argumenta que a tecnologia pode ser uma aliada para reduzir a distância entre mães e filhos e fazer com que, mesmo pouco, haja a possibilidade de um acompanhamento escolar por essas mães (Lira, 2022).

Outra contribuição importante é o debate trazido na dissertação de Vilar (2022), nomeada “*Crianças filhas de pais encarcerados na rede municipal de Ensino de Piraquara-PR em 2019*”, na qual foi realizada uma pesquisa com professores da rede municipal de ensino da cidade de Piraquara, no Paraná. A pesquisa tinha o intuito de descobrir quantos estudantes filhos de pais encarcerados estavam matriculados nessa rede, além de buscar levantar quais suas principais características. Ao longo de seu trabalho, a autora argumenta que ter um parente no cárcere traz consequências negativas na vida da criança, sobretudo na escola.

Outrossim, a autora destaca alguns fatos que precisam de investigação mais aprofundada. A respeito do comportamento das crianças na escola, Vilar (2022) aponta que foram indicadas como indisciplinadas, seguidas de apáticas e participativas. A característica menos mencionada foi “feliz”.

A respeito do desempenho acadêmico, levando em consideração a amostra obtida através do questionário dos professores, 12,82% dessas crianças frequenta o projeto de alfabetização, o que indica dificuldades de aprendizagem. Ainda, ela expõe que esses estudantes identificados sofrem, em sua maioria, por negligência, seguida de violência psicológica, violência física e sexual. Ainda acerca dessas características, a referida autora expressa que a maioria dos participantes da pesquisa indicou que o encarceramento dos pais prejudica o desempenho escolar das crianças. (Vilar, 2022)

Nesta mesma pesquisa, Vilar (2022) apresenta o dado de que 52,99% dos estudantes não realizam nenhuma atividade em contraturno escolar, contraturno esse o qual ela discorre acerca em outro trabalho seu que gira em torno da temática a qual estudamos.

Ademais, Vilar e Ormeño (2021) apresentam outra contribuição para a temática em seu artigo “*As contribuições da pedagogia social na ressignificação do contraturno escolar às crianças filhas de pais e mães encarcerados*”. Com base no conceito de pedagogia social e na pesquisa feita com professores da rede municipal de Piraquara, as autoras afirmam que das quatrocentos e oitenta e nove (489) crianças parentes de privados de liberdade matriculadas, apenas setenta e duas (72) faziam alguma atividade em contraturno escolar.

Em razão disso, elas levantam as seguintes dúvidas: “por que as demais crianças não fazem nenhum atendimento? Não necessitam? Somente a educação escolar tem dado conta de todas as demandas educativas? A oferta corresponde as necessidades apresentadas?” (Vilar e Ormeño, 2021, p. 128).

As autoras concluem que as atividades de contraturno escolar não contribuem significativamente para a formação humana das crianças com pais privados de liberdade, além de não alcançarem todo esse público.

Percebe-se que as autoras buscaram defender o direito a uma formação que vá para além daquela fornecida na escola, em que os estudantes, dando ênfase naqueles com o familiar custodiado do sistema prisional, “tenham acesso a práticas esportivas, culturais e de lazer, dado que tais atividades educativas formam os sujeitos em sua integralidade” (Vilar e Ormeño, 2021, p. 130).

Santos e Sousa (2020) iniciam seu artigo “*A criança e a prisão: o encarceramento materno sob a perspectiva dos direitos do infante*” afirmando que a prisão não é um lugar propício para o desenvolvimento das crianças filhas de mães em situação de restrição e privação de liberdade. Contudo, também é prejudicial para os seus desenvolvimentos a separação e a quebra do vínculo afetivo com suas mães. Logo, elas chegam à conclusão: “Fato é que seja mantendo a criança institucionalizada, seja levando-a para longe de sua mãe, estar-se-á diante de evidente violação de direitos” (Santos e Sousa, 2020, p. 580)

Apesar de não se dedicarem à discussão da educação desse público, as autoras trazem um complemento às pesquisas outrora aqui citadas, ao expor a incapacidade dos estabelecimentos prisionais brasileiros de

[...] atender às necessidades do infante, evidenciando-se, na nossa visão, a maior de todas as crueldades no momento do desligamento, isto é, da separação de genitora e rebento, que, via de regra, ocorre não aos sete anos, como manda a lei, mas quando o bebê completa seis meses de idade, **por falta de creches para atender satisfatoriamente a demanda**³ (Santos e Sousa, 2020, p. 588).

³ Grifado pela autora.

Diante disso, percebe-se então que o vínculo materno dessas crianças é quebrado justamente pela ausência de ambientes educativos nas instituições prisionais. As autoras finalizam com a conclusão de que, mesmo com uma extensa legislação que afirma direitos as mães privadas de liberdade e seus filhos, esses direitos não são efetivados (Santos e Sousa, 2020).

Araujo, Almeida e Mattos (2020), em “*Os filhos e as filhas da exclusão: uma revisitação de dados e de imagens etnográficas sobre a creche na prisão*”, em mais um trabalho sobre as creches nas prisões, reforçam a ideia de que as creches nas prisões não são lugares que propiciam o desenvolvimento das crianças e, por isso, não podem ser consideradas creches.

Por conseguinte, esses espaços não estão de acordo com as orientações legais que caracterizam o ambiente adequado da educação infantil. No mais, as autoras dispõem que

A legislação garante os direitos da criança, filhas e filhos de mulheres em condição de privação de liberdade. Essa criança tem direitos básicos, como educação, saúde, lazer, dentre outros. Mas também tem o direito de permanecer com a sua mãe até os 07 (sete) anos de idade (Araujo, Almeida e Mattos, 2020, p. 206).

Todavia, de acordo com as pesquisas etnográficas feita com mães privadas de liberdade com crianças na prisão, seus filhos ou filhas são separados delas após completarem seis meses de vida, uma vez que não há um espaço apropriado para essas crianças dentro do cárcere (Araujo, Almeida e Mattos, 2020).

Essa separação é prejudicial para o vínculo entre mães e filhos, conforme observado nos trabalhos anteriores. Sendo assim, Araujo, Almeida e Mattos (2020) apresentam como solução a concretização das leis que já existem, sendo esses referentes ao espaço próprio e adequado para o desenvolvimento infantil com as creches (Lei nº 11.942/09 artigos 14, 83, 89) e a alternativa do regime fechado para as mães, instituída no artigo 117 da Lei de Execução Penal.

Por fim, no artigo publicado por Infante (2023) no Chile, “*La performance de niños y niñas com familiares encarcelados desde la política pública en Chile*”, não tem como objetivo central tratar a educação de crianças ou jovens com pais no cárcere, entretanto, traz algumas considerações pertinentes sobre esse tópico.

Infante (2023) afirma que há um aumento de interesse nas filhas (os) de encarcerados e diz que isso ocorre em razão do aumento estrondoso do encarceramento no século XX e das consequências disso para os que estão no cárcere e para seus familiares.

A respeito dessas consequências, ela discorre sobre os efeitos colaterais do aprisionamento que afetam também a família do preso:

Según Murray y Farrington (2008) existen 6 tipos de efectos colaterales del encarcelamiento; efectos en los reclusos mientras están confinados en prisión, efectos en las relaciones y el empleo de las personas privadas de libertad después de su liberación, efectos sobre su salud física y mental, efectos sobre la conducta criminal de los ex convictos, efectos sobre cónyuges o parejas de presos y sus hijos/as, y efectos del encarcelamiento en la comunidad. Solo el primer efecto presenta una amplia literatura a su favor. Uno de los efectos menos estudiados, sobre todo en el contexto latinoamericano, es el de las familias y particularmente el de los hijos e hijas de las personas privadas de libertad, los cuales son llamados “víctimas ocultas” (Infante, 2023, p. 70).

Visto que há a existência de efeitos colaterais na vida dos filhos e filhas de presos, eles enfrentam fatores de risco que, segundo Infante (2023), manifestam-se nos comportamentos antissociais ou criminosos, problemas de saúde mental, ou uso de drogas e, ainda, dificuldades educacionais e de desemprego.

Após breve exposição do conteúdo principal das obras encontradas, algumas considerações podem ser feitas. Inicialmente, destaca-se que esses trabalhos dialogam com o tema aqui proposto ao abordar a educação das (os) filhas (as) de pessoas em situação e restrição de liberdade, do mesmo modo que trazem luz a esses sujeitos tão invisibilizados.

Cabe acrescentar que esses estudos, apesar de poucos, ajudam a compreender que esse público sofre por ter seu familiar no cárcere, seja pela quebra de contato, seja porque precisa ficar no ambiente prisional no caso dos bebês e das crianças pequenas com suas mães, ou ainda porque enfrentam o preconceito da própria sociedade que os estigmatiza por serem parentes de alguém que foi/está preso.

Contudo, essas obras evidentes não respondem a todos os problemas sobre esse universo de pesquisa, existem lacunas e campo fértil a ser investigado sobre educação de familiares de privados (as) de liberdade. O que pode ser detectado é que a gestão escolar não é destaque de nenhuma dessas pesquisas e estudos, muito menos a sua relação para a (não) permanência desses estudantes na escola.

A respeito da localidade dessas produções, evidencia-se, com exceção do artigo chileno, concentram-se em estudar a realidade do contexto Sul e Sudeste do Brasil. Desse modo, nota-se uma falta de atenção para o restante das regiões do país, o que enfatiza a necessidade de um trabalho que tem como lócus o contexto da periferia da capital do estado do Pará.

Ademais, a maioria dos trabalhos discorre acerca educação infantil, especialmente nas creches dentro das prisões, o que demonstra a necessidade de expandir o debate às outras etapas da educação básica, como o ensino médio.

REFERÊNCIAS

ARAUJO, A. M.; ALMEIDA, S. M.; MATTOS, C. L. G. Os filhos e as filhas da exclusão: uma revisitação de dados e de imagens etnográficas sobre a creche na prisão. **Revista Educação e Cultura Contemporânea**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 48, p. 192-212, 2020. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5935/2238-1279.20200031>. Acesso em: 10 jun. 2024.

FERREIRA, N.S.A. As Pesquisas Denominadas “Estado Da Arte”. **Educação & Sociedade**, ano XXIII, nº 79, Agosto/2002.

INFANTE, J. I. R. La performance de niños y niñas con familiares encarcelados desde la política pública en Chile. **TS Cuadernos de Trabajo Social**, n. 26, p. 68-81, ago. 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.5281/zenodo.8244735>. Acesso em: 10 jun. 2024.

JESUS, C. M. S. **Direito à educação e atendimento a crianças de 0 a 3 anos, filhas de mulheres presas**. 2022. 90 p. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, São Paulo, 2022.

LIRA, T. B. **O encarceramento da população feminina e seus reflexos**: uma análise dos efeitos do cárcere na educação dos filhos destas mulheres. Orientador: Marildo Menegat. 2023. 137 p. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas em Direitos Humanos) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CFCH), Rio de Janeiro, 2023.

MEDEIROS, Emerson; FORTUNATO, Ivan e ARAUJO, Osmar Hélio Alves. AS PESQUISAS DO TIPO “ESTADO DA ARTE” EM EDUCAÇÃO: SINALIZAÇÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS. **Rev. Int. de Form.de Professores (RIFP)**, Itapetininga, v. 8, 2023.

ROMANOWSKI, J. P.; ENS, R. T. As pesquisas denominadas do tipo “Estado da Arte”. **Diálogos Educacionais**, v. 6, n. 6, p. 37–50, 2006.

SANTOS, T. D.; SOUSA, G. A. M. A criança e a prisão: o encarceramento materno sob a perspectiva dos direitos do infante. **Revista Humanidades & Inovação**, Palmas, v. 7, n. 19, p. 576-591, 2020. Disponível em: <https://revista.unitins.br/index.php/humanidadeseinovacao/article/view/3629>. Acesso em: 10 jun. 2024.

VILAR, C. J. S. **Crianças filhas de pais encarcerados na rede municipal de ensino de Piraquara-PR em 2019**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Paraná. Curitiba, p. 100. 2022. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=13670655. Acesso: 30 mar. de 2024.

VILAR, C. J. S.; ORMEÑO, G. I. R. As contribuições da Pedagogia Social na ressignificação do contraturno escolar às crianças filhas de pais e mães encarcerados. **Revista Educação, Cultura e Sociedade**, v. 11, n. 2, pp. 119-131, 2021.